



Manoel Murrieta é reconduzido à presidência da CONAMP

Pág. 2

EVENTO

XXIV Congresso Nacional do Ministério Público é o maior evento jurídico pós-pandemia



Pág. 11

PERMUTA

Câmara aprova PEC da Permuta



Pág. 19

ESTATUTO VÍTIMAS

GT da Câmara dos Deputados aprova Estatuto das Vítimas



Pág. 20

Manoel Murrieta é reconduzido à presidência da CONAMP



Ocorreu no dia 8 de março de 2022 a solenidade de posse da CONAMP. Manoel Murrieta foi reconduzido à presidência da entidade. A nova diretoria, conselho fiscal e diretoria regionais assumiram mandato para o biênio 2022-2024.

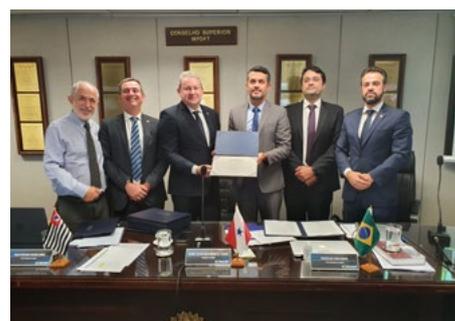
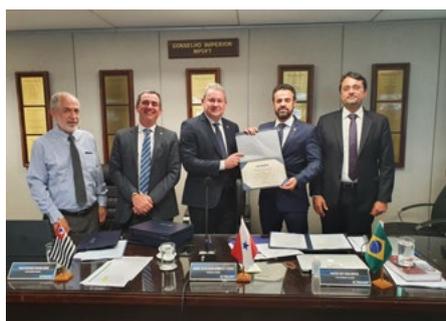
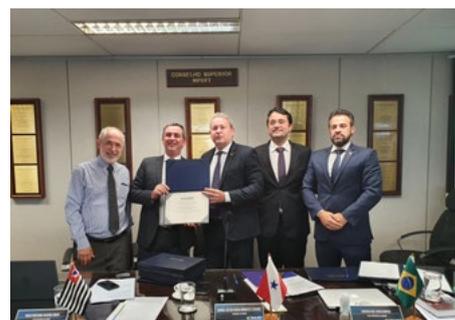
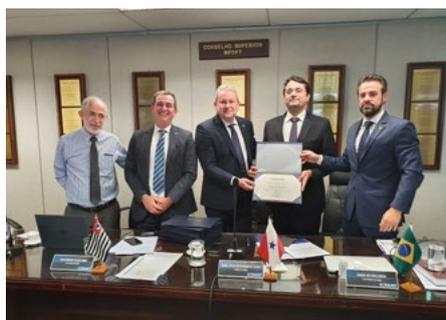
Diplomação

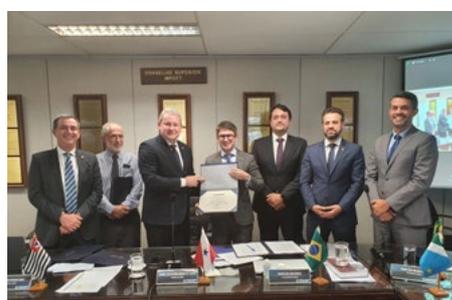
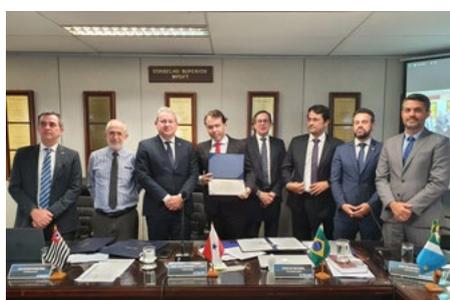
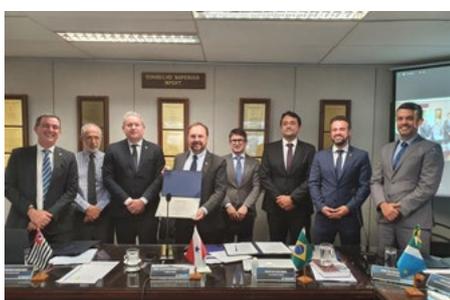
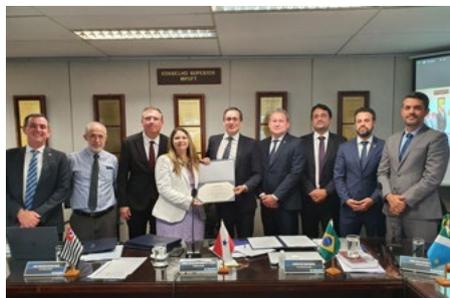
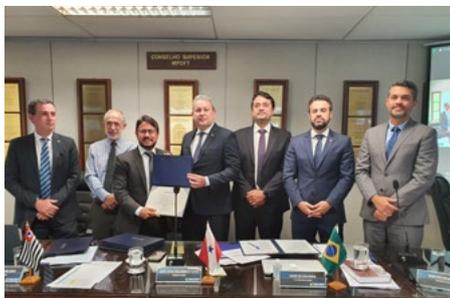
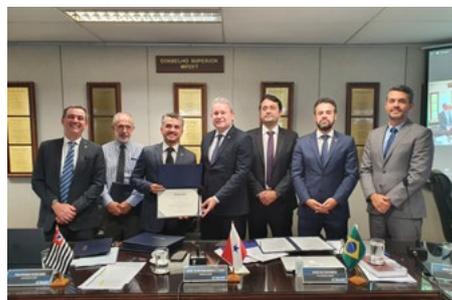
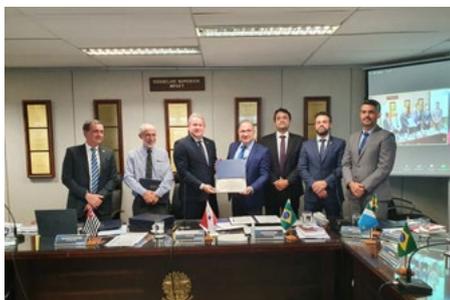
Pela manhã foi realizada a diplomação dos integrantes da diretoria. Todos assinaram o termo de posse e receberam o respectivo diploma de registro no cargo.

Logo após, ocorreu a primeira reunião ordinária do

conselho deliberativo, biênio 2022-2024. Na oportunidade, foi discutida a atuação institucional quanto a temas de rele-

vância, como o Estatuto das Vítimas, política remuneratória e PEC da Permuta.





Diplomação dos integrantes do conselho fiscal e diretorias regionais



Registro da 1ª reunião ordinária (biênio 2022/2024)

Cerimônia de Posse

À noite, no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), foi realizada a solenidade de posse.

Ao discursar, o presidente da CONAMP lembrou que o mandato anterior se iniciou ao mesmo tempo em que começaram os decretos de lockdown devido à pandemia. O desafio se intensificou com a existência de “um verdadeiro movimento reformista, açodado e injusto”.

“Verificamos verdadeira marcha organizada pelo enfraquecimento dos órgãos de controle, notadamente o Ministério Público brasileiro. Iniciaram-se então nossas lutas, como a reforma administrativa, o novo Código de Processo Penal; a mudança da Lei de Improbidade; a quarentena eleitoral; e a PEC 05/22. Enfrentamos iniciativas que tentaram reduzir os subsídios, além da nossa independência, nossos direitos financeiros estiveram ameaçados: o Plano Mansueto e a Pec do Orçamento de Guerra geraram angústia em toda classe. Neste biênio, os esforços se concentram em manter em pé toda a instituição e a altivez da carreira”, afirmou Murrieta.



Apesar dos desafios, o presidente da CONAMP destacou dois importantes aprendizados. O primeiro, “o estabelecimento da atuação virtual, “não podemos falar se não de um Ministério Público online, de uma Magistratura online, lógico que com os detalhamentos que a experiência e o tempo nos trarão”. “O outro aprendizado foi o mais caro para mim: a união do do Ministério Público Brasileiro, definitivamente consolidada após toda essa trajetória. E a maior prova disso é a presença de todas as representações do MP nesta cerimônia e a elas eu peço uma salva de palmas”, disse.

Quanto ao novo mandato, Murrieta declarou: “além de continuar defendendo a instituição contra essa marcha reformista que ainda persiste, é

compromisso desta diretoria buscar o reconhecimento da atuação ministerial como atividade de risco; a busca pela aprovação do estatuto das vítimas; o respeito máximo a independência funcional; a garantia da liberdade de expressão; a humanização de nossa carreira



com a aprovação da permuta interestadual; o combate aos retrocessos na defesa do patrimônio público e o respeito à dignidade e à pauta vencimental”.

“Portanto, irmãos e irmãs de Ministério Público, hoje eu tenho convicção de que podemos exaltar nossa instituição, festejar nossa vocação e olhar com altivez afirmando que queremos ser um dos atores do desenvolvimento deste país e que utilizaremos todas as ferramentas legais que a Constituição nos incumbiu, com dedicação e responsabilidade”.

Homenagem às mulheres

Para celebrar o Dia Internacional das Mulheres, a coordenadora da comissão de mulheres da CONAMP, Gabriela Manssur, e a coordenadora da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público



e presidente da Associação de Magistrados Brasileiros, Renata Gil, fizeram uso da palavra.

A coordenadora da comissão de mulheres da CONAMP iniciou pontuando projetos de êxito do Ministério Público brasileiro em favor das mulheres, como a ouvidoria da Mulher do Conselho Nacional do MP, o projeto Justiceiras e a campanha Sinal Vermelho.

“Nós precisamos fazer uma reflexão no dia de hoje: Nós, mulheres brasileiras, estamos representadas nos poderes constituídos e no MP? Somos 110 milhões de mulheres brasileiras na população e apenas 15% no parlamento, apenas 10% nos cargos de liderança no MP e no poder Judiciário. E com essa reflexão faço um pedido as lideranças masculinas que são os responsáveis por abrir as portas para as mulheres brasileiras. Nós precisamos de mais mulheres nos cargos de liderança porque somos nós quem vai cuidar das mulheres brasileiras. Nós precisamos de respeito e de representatividade feminina. Feliz Dia Internacional das Mulheres”, disse Gabriela Manssur.

Por sua vez, a coordenadora da Frentas, Renata Gil, ressaltou que ainda são alarmantes



os números de violência contra a mulher. “O Brasil é quinto país que mais mata mulheres no mundo, só ficamos atrás de países que não cumprem tratados de direitos humanos”, informou. Ela ressaltou duas iniciativas que buscam mudar essa realidade, o pacote Basta! e o resgate de juízas afegãs para o território brasileiro. “Que esses exemplos públicos sejam a modificação que queremos na sociedade”, disse Renata Gil.

Outorga da Medalha da Ordem do Mérito

Durante a solenidade posse, a Medalha da Ordem do Mérito da CONAMP foi entregue ao senador Lucas Barreto e ao ex-presidente da CONAMP Víctor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto.

A comenda foi instituída pela resolução nº 01 de 2001 para homenagear pessoas ou entidades que tenham prestado relevantes serviços ao Ministério Público. Os agraciados são considerados membros honorários da entidade e integram quadro especial de associados.

O senador afirmou que recebeu a medalha com “grata surpresa e imensa honra, uma das maiores que já recebi em minha vida público pelo respei-



to que tenho ao Ministério Público, que reputo indispensável ao nosso país”. Ele ressaltou que está ao lado das carreiras de estado “porque sei do papel de cada ente na construção de um Estado forte, sendo o MP um dos pilares de sustentação do Estado Democrático de Direito. Por isso lutar pela preservação de suas garantias constitucionais é muito mais que um compromisso, mas um dever de todo parlamentar”, disse o senador.

Ao subir na tribuna, o ex-presidente da CONAMP, ele registrou cumprimento às mulheres brasileiras e agradeceu a honraria recebida.

Discursos

Também falou na tribuna o procurador-geral da República, Augusto Aras. Ele destacou a atuação da diretoria no último biênio. “Em meio às adversidades da pandemia, todos [da diretoria] mantiveram-se firmes na defesa da unidade e das prerrogativas ministeriais, do Estado Democrático de Direito, e de uma justa política remuneratória aos membros dos MPs da União e dos MP’s estaduais”, disse. “Reitero nosso apoio à legítima preocupação desta entidade classista quanto aos desafios impostos pela atual conjuntura economia nacional e internacional”.



O PGR citou entrevista do presidente da CONAMP ao Estadão em que Murrieta alertou sobre “constantes ameaças” às prerrogativas da classe. “As palavras do presidente Manoel Murrieta nos elevam um pensamento só: o pensamento de que nós devemos fazer valer, fiscalizando, interferindo como guardiões do regime jurídico que deve defender o regime democrático, os valores que nos orientam”.

“Este ano, mais do que nunca, precisamos estar atentos em defesa da independência funcional e da liberdade do magistrado para formar o seu convencimento fundamentalmente”, pregou o PGR. “Estas prerrogativas institucionais são muito mais caras em ano eleitoral quando promotores, procuradores e magistrados de todo o Brasil certamente ao decidirem, ao promoverem Justiça Eleitoral, contrariarão algum interesse.”

Aras agradeceu o apoio das entidades de classe na defesa das prerrogativas de promotores e procuradores. “As instituições de classe têm contribuído para que as nossas prerrogativas e o meu desejo pessoal, de cumprir o meu compromisso com a Constituição e as leis, constituem a ser o farol das nossas atividades. Continuarei destinado, até o último dia, a fazer valer o juramento feito no ato de posse e na recondução”, disse.

Logo após, a presidente do CNPG, Ivana Cei, fez uso da palavra e falou sobre a importância de efetivar o Dia Internacional da Mulher “com ações em busca da dignidade e da possibilidade de escolha e da liberdade em um contexto macro”. “Com a posse do amigo Murrieta, um ciclo se reinicia, também os movimentos associativos, reafirmando a contínua luta na construção atuação

e dedicação profissional nas causas institucionais. Sigamos juntos, uno e indissolúveis para o fortalecimento do MP”, disse Ivana.

Compuseram a mesa de honra presencial: o presidente da Conamp, Manoel Murrieta; o procurador-geral da República; Augusto Aras; o senador Lucas Barreto; o deputado Gervásio Maia; o corregedor nacional do Ministério Público, Oswaldo D’albuquerque; o ouvidor nacional do Ministério Público, Engels Augusto Muniz; a presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, Ivana Cei; a procuradora-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Fabiana Costa; e a coordenadora da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, Renata Gil.

Compuseram a mesa de honra virtual: o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Martins; o ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal De Justiça; o governador do Estado do Pará, Helder Barbalho; e a procuradora geral adjunta do Pará Ana Carolina Lobo Gluck Paul.



Conheça a diretoria da CONAMP (biênio 2022/2024)

DIRETORIA



Presidente
Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares (PA)



1º Vice-Presidente
Tarcísio José Sousa Bonfim (MA)



2º Vice-Presidente
Paulo Penteado Teixeira Júnior (SP)



Secretário-Geral
Romão Ávila Milhan Júnior (MS)



Tesoureiro
Pedro Ivo de Sousa (ES)

CONSELHO FISCAL



Presidente
José Silvério Perdigão de Oliveira (MG)



1º Vice-Presidente
José Cantuária Barreto (AP)



Secretário
Adriano Marcus Brito de Assis (BA)



Membro
Marcelo Gomes Silva (SC)



Membro
Leonardo Quintans Coutinho (PB)

DIRETORES REGIONAIS



Norte
Márcio Maués (PA)



Nordeste
Deluse Amaral Rolim Florentino (PE)



Centro-Oeste
Rodrigo Fonseca Costa (MT)



Sudeste
Cláudio Henrique da Cruz Viana (RJ)



Sul
André Tiago Pasternak Glitz (PR)

Acesse e confira a íntegra da Solenidade de posse



ENTREVISTA

Estadão - Murrieta assume novo mandato na Conamp e diz que vai a todos os candidatos ao Planalto para proteger independência de promotores e procuradores

| [Leia mais](#)





Reafirmo o compromisso da CONAMP contra ameaças de enfraquecimento dos órgãos de controle, notadamente o Ministério Público. Permaneceremos altivos em busca do reconhecimento legislativo da atuação ministerial como atividade de risco; pela aprovação do estatuto das vítimas; pela humanização da carreira com a aprovação da permuta interestadual. **Seguimos firmes pontuando o respeito máximo à independência funcional, à garantia da liberdade de expressão. Apesar das adversidades, vamos continuar a atuar com vigor em favor do valoroso e nobre ofício que é ser membro do Ministério Público Brasileiro.**

Manoel Murrieta

Presidente da CONAMP



XXIV Congresso Nacional do Ministério Público é o maior evento jurídico pós-pandemia



XXIV CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

23 a 25 Março 2022 - Centro de Eventos do Ceará - Fortaleza - Ce - Brasil



De 23 a 25 de março, a CO-NAMP e a Associação Cearense do Ministério Público (ACMP) realizaram o XXIV Congresso Nacional do Ministério Público, o maior evento jurídico pós-pandemia. Ao total, foram 2.141 inscritos.

Com o tema “Os desafios do Ministério Público no cenário pós-pandemia” como fio condutor dos painéis, palestras, grupos de trabalho setoriais e apresentações de teses jurídicas, o congresso proporcionou

aos participantes o contato com especialistas em diversos temas e ressaltou a importância da atuação do MP para a sociedade brasileira.

Solenidade de abertura

A cerimônia de abertura ocorreu no dia 23 de março no Centro de Eventos do Ceará, local oficial do evento.

A mesa honra foi composta pelas autoridades: o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

(CONAMP), Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares; o presidente da Associação Cearense do Ministério Público, Herbet Gonçalves Santos; o governador do Estado do Ceará, Camilo Sobreira de Santana; o presidente





do Superior Tribunal de Justiça, ministro Humberto Martins; o representante do procurador-geral da República, Luciano Nunes Maia Freire; a vice-governadora do Estado do Ceará, Maria Izolda Cela de Arruda Coelho; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Evandro Leitão; a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira; o procurador-geral de Justiça do Estado do Ceará, Manuel Pinheiro Freitas; o corregedor nacional do Ministério Público, Oswaldo D'Albuquerque; o ouvidor nacional do Ministério Público, Engels Augusto Muniz; a presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG, Ivana Lúcia Franco Ceil; a representante do prefeito de Fortaleza, Valéria Moraes Lopes; o presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, vereador Antônio Henrique da Silva; o ouvidor-geral do Tribunal

Regional do Trabalho da 7ª Região, Cláudio Carneiro Porto; o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Ceará, Rholden Botelho de Queiroz; o conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Ceará Saulo Gonçalves Santos; o diretor jurídico do BNDDES, Marcelo Sampaio Viana Rangel; a representante da presidência da Caixa Econômica Federal Fabiana Calvino; o presidente do Banco do Brasil, Fausto de Andrade Ribeiro; o representante do presidente do Sebrae, o diretor técnico Bruno Quick; o representante da CNI Ricardo Cavalcanti; o ex-presidente da Associação Cearense do Ministério Público, Edilson Santana Gonçalves; a coordenadora do XXIV Congresso Nacional do Ministério Público, Maurício Furlani; o coordenador do Focate - CE, Daniel Carvalho Carneiro; a coordenadora da comissão de mulheres da CONAMP, Gabriela Manssur; e a coordenadora da comissão de aposentados da CONAMP, Ana Maria Mai.

A solenidade foi iniciada com a recepção das bandeiras de todos os estados brasileiros. O(a) respectivo(a) procurador-geral de Justiça e o(a) presidente da associação estadual ingressaram ao lado de cada bandeira.

Logo após, o hino nacional foi interpretado pelo artista Waldonys.



Discursos

O procurador-geral de Justiça do Estado do Ceará, Manuel Pinheiro Freitas, foi o primeiro a fazer uso da palavra. “Nesses tempos estranhos, em que vemos crescer a negação do direito e da democracia, o MP tem grandes missões a cumprir. Para guardar as verdadeiras liberdades civis, temos que ser cada vez mais eficientes. Não podemos tolerar a ofensa, a discriminação, a opressão, a destruição e a morte. Temos, antes de tudo, defender, temos de ser fiéis à Constituição”, afirmou Manuel Pinheiro Freitas.

Após, a presidente do CNPG, Ivana Cei, se manifestou. Ela compartilhou um pensamento de Fernando Sabino: “Façamos da interrupção, o caminho novo. Da queda, um passo de dança. Do medo, uma escada. Do sonho, uma ponte. Da procura, um encontro”.

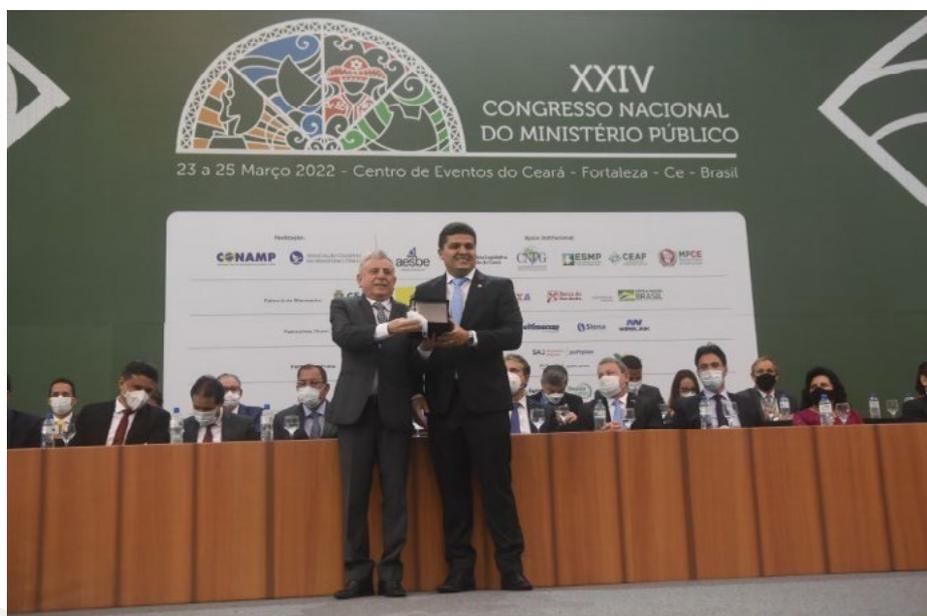
Em seguida, o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, discursou e saudou a presença de todos os participantes. Ele relembrou desafios da pandemia e o enfrentamento de um movimento reformista no perfil de atuação das instituições, especialmente do sistema de Justiça e do Ministério Público. “Verificamos uma série de inicia-



tivas e investidas que buscam fragilizar o nosso modelo constitucional, principalmente na tentativa de atingir a independência funcional e a irredutibilidade de vencimentos”, disse.

Murrieta pontuou que desde 2020 a CONAMP e as afiliadas, em conjunto com entidades parceiras, estão trabalhando em um esforço acima do comum para resguardar os instrumentos de atuação do MP, bem como a capacidade dos membros para exercer livremente as funções constitucionais. “Não há dúvida que o Ministério Público brasileiro é integrado por mulheres e homens fortes que desejam atuar de forma eficiente para proporcionar melhorias na sociedade brasileira. Convoco a todos a exaltar nossa instituição, festejar nossa vocação e olhar com altivez para o futuro, pois estejam seguros de que somos e seremos sempre defensores dos interesses da sociedade”, finalizou.

O presidente da ACMP também falou aos presentes. Herbert lembrou que o congresso retorna ao Ceará após 24 anos, quando ocorreu a 12ª edição do evento. Em nome do ex-presidente da ACMP, Edilson Santana, que promoveu o evento em 1998, Herbert homenageou



os membros aposentados: “registro e destaque a luta de todos os bravos colegas aposentados que tornaram o MP uma instituição pujante, forte e respeitada perante a sociedade”. Na oportunidade, Edilson recebeu de Herbet uma placa em homenagem aos relevantes serviços prestados ao Ministério Público brasileiro.

“O Ministério Público hoje está em festa. O nosso encontro será essencial para o fortalecimento da instituição que tão bem representa a sociedade. E aqui estamos para fazer o que amamos: discutir sobre o aprimoramento do MP e da sociedade”, ressaltou. Ao fim, ele também homenageou Maurícia Furlani, coordenadora do evento; Mayara Menezes Muniz, 2ª vice-presidente da ACMP; e Ana Vlândia Gadelha Mota, diretora da ACMP – as três integraram a comissão organizadora.

Luciano Nunes Maia Freire, representante do procurador-geral da República, também foi à tribuna. Ele ressaltou a felicidade de participar do congresso, “o primeiro grande evento jurídico pós pandemia”. Luciano destacou a permanente preocupação do procurador-geral de Justiça com a efetividade do sistema de Justiça, um dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito. Ele des-



tacou a continuidade da Justiça apesar da pandemia, com aumento significativo da produtividade, indiciando a necessidade de identificar o que é preciso ser aperfeiçoado no sistema digital.

O presidente do STJ falou sobre a emoção de lembrar “na memória e no coração a marca indelével do período em que, no final da década de 1970, aos 22 anos, iniciei a minha atuação nas carreiras jurídicas, como promotor de justiça do meu Es-

tado de Alagoas, onde também o meu pai e o meu irmão integraram essa nobre instituição”. O ministro Humberto Martins disse que “no tocante à pandemia e ao período pós-pan-



demia, devemos agir, principalmente, nos valendo de todas as experiências, acrescentando a elas o aprendizado e a atualização tecnológica adquiridos nesses últimos meses, de modo a renovarmos nosso compromisso com a Justiça, com o labor e com o cidadão”.

“Tenho fé nas pessoas e acredito nas instituições democráticas e no Sistema de Justiça, na certeza de que vivenciaremos dias melhores para o Brasil, o que, para se concretizar, não pode prescindir da participação do Ministério Público brasileiro, enquanto “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado” e a quem o constituinte incumbiu a “defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. De mãos dadas: instituições democráticas, magistratura e cidadania!”, finalizou o presidente do STJ.

O governador do Ceará também fez uso da palavra. Camilo Santana deu boas-vindas “à terra da luz, à terra da liberdade” e falou sobre a superação da maior crise sanitária dos últimos 100 anos da humanidade.” A pandemia deixou mais evidente as cicatrizes das desigualdades sociais do país. O Ministério Público é fundamental no processo de construir uma

sociedade mais humana. Um MP forte significa uma sociedade democrática, significa a garantia dos direitos fundamentais da população”, declarou.

Com a finalização da cerimônia, os participantes do congresso participaram de um coquetel com as apresentações musicais dos cantores Fagner e Xand.

Reuniões de colegiados

Os colegiados do Ministério Público marcaram presença no Congresso Nacional do MP.

Além do conselho deliberativo da CONAMP, fez parte da programação do evento reuniões do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJG), do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público (CNCGMP), do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), e do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP).

“A presença dos colegiados do Ministério Público é fundamental para efetivar a união de toda a classe e unidade institucional”, afirma o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta.

O CNPJG e o CNOMP, nas respectivas reuniões, homenagearam o presidente da CONAMP.



Confira momentos especiais do congresso



Presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux



Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco



Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Martins



Procurador-geral da República, Augusto Aras



Comissões nacionais do MP

A comissão de mulheres da CONAMP, durante o congresso do MP, realizou eleição para a escolha da nova coordenadora. A presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco (AMPPE), Deluse Amaral, foi escolhida coordenadora da comissão de mulheres da CONAMP para o biênio 2022-2024. Deluse substitui a promotora de Justiça Gabriela Manssur que esteve no cargo no biênio 2020-2022.

Já a comissão de aposentados realizou o I Encontro de Aposentados e Pensionistas da Comissão Nacional. Na oportunidade, a coordenadora da comissão, Ana Maria Mai, entregou ao presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, a Carta de Fortaleza dos membros Aposentados e Pensionistas. Claudio Barros Silva (MPRS) e Fátima Diana



Rocha Cavalcante (MPCE), dois integrantes da comissão, também participaram da entrega. O documento é um “corolário das reflexões, debates e discussões sobre a real situação dos aposentados e pensionistas do Ministério Público brasileiro”. Foram listados 11 itens com propósitos, diretrizes e suges-

tões “com vistas ao enfrentamento de diversas questões que expõem um grupo significativo de colegas que dedicaram parte de suas vidas na construção de uma Instituição diferenciada”.

[Acesse e confira a Carta de Fortaleza](#)

“Agradeço a todas as valorosas integrantes da nossa Comissão de Mulheres da CONAMP pelos respectivos votos de confiança. A aclamação aumentou a minha responsabilidade e muito me lisonjeou, especialmente pela certeza de que todas detêm competência para o exercício do mister. O momento desafiador desta quadra histórica da humanidade exige de todas nós, integrantes da Coordenadoria e da própria Comissão de Mulheres da CONAMP, muita dedicação, esforço, trabalho e determinação em prol da efetiva concretização: a) da equidade de gênero (alcançando o Ministério Público e toda sociedade Sociedade brasileira), por consistir em princípio estrutural tão proclamado na Constituição Cidadã de 1988, fundamento próprio do Estado Democrático Brasileiro; b) bem como da redução da violência doméstica em nosso país, a fim de que se torne um lugar seguro para nossas meninas, adolescentes e mulheres viverem plenamente e com dignidade. Sigamos todas e todos juntos, irmanadas e irmanados na concretização destes objetivos!”



Deluse Amaral, nova coordenadora da comissão de mulheres da CONAMP e Presidente da AMPPE

”

Teses e certificado

O XXIV Congresso Nacional do Ministério Público recebeu mais de 70 teses que foram avaliadas e discutidas ao longo do evento. A lista final das teses aprovadas ainda está em produção e em breve será divulgada.

Os certificados de participação ficarão disponíveis na área de congressista dos participantes até 30 dias após o término do evento. Quem participou poderá acessar o certificado pelo CPF ou email na área restrita do site. A organização do evento irá avisar quando a documentação estiver disponível para download.

O XXIV Congresso Nacional do Ministério Público foi realizado pela CONAMP e pela Associação Cearense do Ministério Público. Apoio institucional: AESBE, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; CNPG; ESMP; CEAF; e MPCE. Patrocínio Diamante: Governo do Estado do Ceará; Banco do Brasil; BNDES; Caixa Econômica; Banco do Nordeste; Ministério do Turismo; Governo Federal. Patrocínio Ouro: Sebrae; AEGEA; CAGECE; MOB; Multimarcas; Siena; Wirelink. Patrocínio Prata: CNI; CNSEG; Instituto Combustível Legal; Ipiranga; SAJ; AWS; Vale. Patrocínio Bronze:

ABE Eólica; INPEV; Prefeitura de Fortaleza; Recicla Latas. Apoiadores: ABEGAS; Três Corações; Cajuína São Geraldo; SERV-NAC; CSPECEM; Grupo Edson Queiroz; ENEL; Latam Airlines; LDB Cargas; Grupo Marquise; M DIAS BRANCO; NATVITA; Haras Primavera; Café Santa Clara; SESI; Sindionibus; Solar Coca Cola; Coca Cola Brasil; Tijuca Alimentos; Unifor; Cabana Del Primo; L'Ô; Hard Rock Café.

A próxima edição será no estado da Bahia, em 2023, no segundo semestre. Em breve serão divulgadas mais informações.

ARTIGO

O entrelace de ideias na busca do fortalecimento institucional do MP brasileiro

Por: Manoel Murrieta

Presidente da CONAMP

ESTADÃO  **CONAMP**
Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

Câmara aprova PEC da Permuta



O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 9 de março, a PEC 162/2019, que trata da permuta interestadual. O texto foi aprovado em dois turnos e segue para apreciação do Senado Federal.

Antes, no dia 16 de fevereiro, houve aprovação da PEC na comissão especial da Câmara.

“Esta é mais uma vitória conjunta das carreiras da Magistratura e do Ministério Público. No Senado, a CONAMP continuará mobilizada para que este importante avanço de aperfeiçoamento da legislação brasileira seja efetivado”, decla-

rou Manoel Murieta, presidente da CONAMP.

A entidade acompanha a tramitação do projeto, participou de audiências públicas e realizou uma série de reuniões

com parlamentares a fim de explicitar a relevância da PEC 162 para as carreiras de Estado e para a sociedade.



GT da Câmara dos Deputados aprova Estatuto das Vítimas

No dia 30 de março, o grupo de trabalho da Câmara dos Deputados aprovou parecer do PL 3890/20, que institui o Estatuto das Vítimas. O parecer foi apresentado pelo relator deputado Gilberto Nascimento (PS-C-SP).

A diretoria da CONAMP acompanhou a sessão. Ao fazer uso da palavra, o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, elogiou o trabalho de todo o GT, em especial a atuação da coordenadora, deputada Tia Eron (REPUBLICANOS-BA), do relator, e do autor do projeto Rui Falcão (PT-SP).

“O PL 3890 significa o resgate das vítimas que por muito tempo ficaram relegadas a um papel secundário. O estatuto resolve lacuna da legislação brasileira e representa avanço para alcançarmos tratamento mais justo. A adoção de conceito mais amplo sobre vítimas permite um olhar mais atento a quem precisa do apoio de toda a estrutura governamental. A CONAMP está honrada e feliz em poder participar desse momento histórico”, declarou Murrieta.



A CONAMP apoia o PL 3890 e foi uma das forças propuloras da tramitação na Câmara dos Deputados. Em constante diálogo com os parlamentares, a entidade apresentou sugestões e notas técnicas nas reuniões. O Estatuto das Vítimas assegura a devida proteção e compensação a todos que forem vítimas de crimes, desastres naturais, epidemias e outros eventos que resultem em danos físicos, emocionais ou econômicos.

Além do propósito humanitário, o texto propicia que o Brasil avance na tutela das vítimas, alinhando a nossa legislação com normatizações internacionais, com especial enfoque aos direitos básicos das vítimas, como direito à de-

fesa, proteção, comunicação e informação, apoio, assistência, tratamento individual e não discriminatório, ressarcimento de despesas, e indenização e restituição de bens.



É importante frisar que tal proposta não tem como objetivo suprimir direitos já conquistados por outras figuras, inclusive direitos de réus e de condenados. Tais inovações também demonstram o compromisso público com a modificação cultural e estrutural do Estado no tratamento da questão ao estabelecer a necessidade de capacitação dos servidores públicos e profissionais de serviços de apoio e assistência às vítimas de crimes.

A CONAMP está participando ativamente das discussões sobre o Estatuto das Vítimas (PL 3890/2020).

Durante sessão do GT no dia 10 de março, o 1º vice-presidente da CONAMP, Tarcísio Bonfim, fez uso da palavra. Representantes da entidade acompanharam o debate e a apresentação do projeto de elaboração do portal do direito das vítimas, que está em fase de homologação pelo setor de informática do CNMP. O portal está sendo desenvolvido em parceria com a CONAMP.

No dia 15 de fevereiro, o tesoureiro da entidade, Pedro Ivo, participou de audiência pública com o tema “Conceito de Vítima e dos Direitos das Vítimas”. Já no dia 22 de fevereiro, a presidente da Associação do



Ministério Público de Pernambuco (AMPPE), Deluse Amaral, representou a CONAMP no debate sobre “Tratamento Individual e Não Discriminatório; Indenização e Restituição”.

A entidade também publicou duas notas técnicas e mantém o diálogo com parlamentares.

[Acesse e confira nota técnica sobre o estatuto das vítimas](#)

Corruptissima republica plurimae leges: Retroatividade da Nova Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 14.230/2021)??

Por: Alexander Araujo de Souza e Renata Christino Cossatis

Promotor de Justiça (RJ); Promotora de Justiça (RJ)

ACESSE E CONFIRA

Despejo de provas excessivas e inúteis no processo penal

Por: Sauvei Lai

Promotor de Justiça (RJ)

ACESSE E CONFIRA

Prescrição: aplicação no tempo da Lei n.14.230/21 (que alterou a Lei n. 8.429/92 -Lei de Improbidade Administrativa)

Por: Evelise Pedroso Teixeira Prado Vieira

Procuradora de Justiça (SP)

ACESSE E CONFIRA

Implicações da convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência na curatela e tomada de decisão apoiada

Por: Lílian Viana Freire e Lívia Vilas Bôas Carr

Promotora de Justiça (PA); Advogada e professora substituta (FND/URFJ)

ACESSE E CONFIRA

No Maranhão, nova diretoria e conselhos são empossados



[| Leia mais](#)

Benedito Torres Neto é empossado presidente da AGMP



[| Leia mais](#)

Em Minas Gerais, solenidade celebra posse da nova diretoria da AMMP



[| Leia mais](#)

CONAMP solicita ao PGR medidas para a recomposição do subsídio dos membros do MP



[| Leia mais](#)

CONAMP participa de reunião do CNPG com governador de São Paulo



[| Leia mais](#)

Conselheiro apresenta proposta que institui programas de residência jurídica no Ministério Público



[| Leia mais](#)

Presidente do Senado recebe lideranças do Ministério Público



| [Leia mais](#)

Presidente da Câmara reúne-se com dirigentes do MP brasileiro



| [Leia mais](#)

Entidades reafirmam a importância do Estado de Direito e da ordem democrática



| [Leia mais](#)

CONAMP prestigia cerimônia de recondução da PGJ da Bahia, Norma Cavalcanti



| [Leia mais](#)

CONAMP acompanha definição dos novos presidentes de comissões do CNMP, ouvidor e corregedor nacional



| [Leia mais](#)

STF permite à PM função de lavrar termos circunstanciados



| [Leia mais](#)

Ministro Toffoli afasta criminalização da atuação funcional de juízes e membros do MP



| [Leia mais](#)



MASTER CLASS

Previdência Privada e suas vantagens para o Planejamento Financeiro

EVENTO ONLINE

Dia **20/04** | às **19:00h**
Quarta-feira

Exclusivo para membros do ministério público.

Vagas Limitadas

Por **MILA CIRELLO**
Head de previdência da Veedha.

 | 

Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para imprensa@conamp.org.br ou ligue para 61.3314-1356